

Opinião do GLOBO

No TSE, Cármen Lúcia terá de enfrentar desinformação e IA

Ministra que assume a Corte em junho se mostra atenta aos riscos trazidos pela tecnologia às eleições

Como era previsto, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia foi escolhida para presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por dois anos a partir de junho, em substituição ao ministro Alexandre de Moraes. Ela tem mantido desde já reuniões com empresas de tecnologia, visando à adoção de medidas eficazes para combater a desinformação nas eleições municipais no segundo semestre. Presidente do TSE em 2012 e 2013, Cármen demonstra estar ciente de que hoje os desafios têm outra natureza e dimensão, com o espectro do uso intensivo de inteligência artificial (IA) nas campanhas eleitorais.

“Temos uma situação completamente inédita na história da humanidade, com um grande volume de dados passados nos nossos aparelhos”, afirmou num evento em São Paulo. De acordo com ela, as campanhas de desinformação podem criar uma versão contemporânea dos proverbiais “curral eleitoral” do passado, que ela descreve como “coronelismo digital”.

No início do ano, Cármen foi relatora de 12 resoluções no TSE para as

eleições municipais. Entre as novas medidas, uma estabeleceu a proibição das manipulações de áudio e vídeos conhecidos como *deep fake*. A decisão é oportuna. A eleição presidencial na Argentina no ano passado, com vídeos fraudulentos veiculados pela campanha dos principais candidatos, tornou evidentes os riscos. A proibição do TSE nada mais fez que estender ao meio digital as regras válidas para propaganda eleitoral por rádio e TV. No Brasil, são verdadeiras “montagens, truagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais”. As resoluções que proíbem o *deep fake* permitem o uso de IA em versões mais benignas, desde que as peças de áudio ou vídeo deixem isso claro aos eleitores.

Dois artigos, em especial, ampliaram a responsabilidade dos candidatos por uso de desinformação. Um vedou “conteúdo fabricado ou manipulado para difundir fatos notoriamente inverídicos ou descontextualizados, com potencial para causar danos ao equilíbrio do pleito ou à integridade do processo eleitoral”. Em caso de abuso, a regra prevê a cassação do registro ou do mandato. O outro artigo torna

provedores responsáveis pelas crimes eleitorais quando não remove imediatamente conteúdos e contas ilegais durante a campanha.

Cármen deixou claro que a regulação das redes sociais e da IA nada tem a ver com limitar liberdades: “É perigosíssimo imaginar que deformando, desinformando, mentindo, você terá um resultado que seja a liberdade do eleitor”. Também foi específica em relação ao papel das plataformas digitais: “Como é que se põe numa rede algo que faz mal à essência humana, à liberdade, com consequências para o povo, com consequências para a democracia, e diz ‘não tenho nada a ver com isso’?”.

Os brasileiros estão entre os usuários mais entusiasmados de plataformas digitais. As eleições de 2022 foram pródrias em exemplos de manipulação. Continua alto o risco de um novo ciclo eleitoral marcado por desinformação veiculada com a intenção de conquistar votos — e o Congresso continua omissivo em relação à questão. Diante da apatia incompreensiva do Legislativo na aprovação de leis para regular as redes sociais, não deixa de ser um alento que pelo menos o Judiciário esteja atento.

Governo repete erros conhecidos com programa de apoio a estaleiros

Administração petista quer mais uma vez usar encomendas da Petrobras para incentivar a indústria naval

No início do atual governo, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, anunciou que a estatal encomendaria 25 navios e afretaria 11 outras embarcações no Brasil, como forma de dar impulso à indústria naval. Prevê-se que, a esta altura, ela empregaria 41 mil funcionários, 60% acima dos atuais 26 mil. Passado pouco mais de um ano, as promessas esbarbaram na realidade de um setor em crise, com estaleiros em recuperação judicial, à espera mais uma vez da ajuda de Brasília.

A última foi concedida no final do primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva, quando a então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, foi para a Casa Civil. Do novo posto, a futura sucessora de Lula pôs em prática o incentivo à indústria naval à base do crédito subsidiado pelo contribuinte, que resultou em fracasso. O governo chegou a criar uma semestral, a Sete Brasil, para garantir encomendas de navios e sondas no mar. A empresa foi um dos principais focos da corrupção desmascarada pela Operação Lava-Jato.

O plano para incentivar a produção de navios e plataformas no Brasil ainda está em discussão no governo, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento. Mais uma vez, a intenção é que o BNDES seja o agente financeiro da empreitada. A ideia é criar incentivos tributários e, como não poderia deixar de ser, regras de conteúdo local, com exigência de componentes produzidos internamente, a pretexto de gerar renda e criar empregos no país.

Em troca, os estaleiros teriam a garantia de encomendas de navios feitas pela Transpetro, outra subsidiária da Petrobras, que já foi foco de espumas de corrupção. O BNDES prevê aprovar ainda neste ano R\$5 bilhões para esses projetos, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

O fracasso anterior no uso do poder de compra da Petrobras como pilar da reserva de mercado para estaleiros recomenda cautela. Quando o BNDES libera recursos subsidiados, a conta em algum momento chega ao Tesouro Nacional. Transferências de dinheiro do contribuinte para abater juros cobra-

dos a empresas costumam ocorrer de forma obscura. O desfecho dessas aventuras financeiras e fiscais costuma resultar em menos eficiência, mais inflação e juros mais altos.

Diante do risco de novo fracasso, o governo decidiu reduzir, num primeiro momento, as encomendas listadas pela Petrobras de 25 para apenas quatro. Mesmo assim, se forem mantidos os subsídios e a reserva de mercado, é enorme a chance de os mesmos problemas se repetirem. Seja pela baixa qualidade das embarcações, seja pelo atraso na entrega. Na última aventura para fortalecer a indústria naval brasileira, a Petrobras foi obrigada a afretar embarcações no exterior (como poderia ter feito desde o início). Precisava dos navios, e eles não eram entregues ou não cumpriam as especificações técnicas exigidas. E longa experiência brasileira em fracassos de políticas industriais sustentadas por reserva de mercado e crédito subsidiado. A nova iniciativa do governo mostra que, novamente, o país nada aprendeu com os erros do passado.

Artigos

opinioes.globo.com/opinioes/colunista@opinioes.globo.com.br

MERVAL PEREIRA

Wesley@opinioes.globo.com/merval-pereira
merval.pereira@opinioes.globo.com.br



Solidariedade

Depois da tragédia que atingiu a Região Sul do Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul, impossível imaginar que não se torne prioritária uma política de prevenção dos desastres climáticos que nos atingirão com mais e mais frequência nos próximos anos, como alertam os especialistas. Deixar de acreditar que o clima mundial tem sido modificado com uma intensidade que prenuncia graves consequências é ser negacionista radical, com mais razões políticas que científicas. Está na hora de tirar do papel a proposta da ministra do Meio Ambiente de criar uma autoridade nacional de enfrentamento das mudanças climáticas.

As imagens que recebemos das regiões atingidas no Rio Grande do Sul são assustadoras, os danos concretos superam tragédias que já nos afrontaram anteriormente, como Brumadinho e Petrópolis, ou mesmo crises estrangeiras, como o Furacão Katrina em Nova Orleans. Ao mesmo tempo que tragédia tamanha serviu para redescobrir a importância da solidariedade, que sempre foi nossa característica, abriu espaço também para a disseminação de fake news, criando uma situação cruel.

Se, por um lado, favoreceu o ressurgimento de um sentimento de unidade nacional, de empatia e ajuda aos necessitados, a tragédia também alimentou criminosos: o que não é novidade. Toda vez que acontece alguma crise ou desastre grande, infelizmente aparecem os aproveitadores para saquear, invadir casas etc. Mas é muito grave o uso político dos eventos, inventando notícias para irritar pessoas contra seus adversários, para que os cidadãos se revoltam com o que não existe e não conseguem ver como as autoridades, governos estaduais e municipais estão trabalhando ou não tenham capacidade de separar os que trabalham com seriedade daqueles que são meros populistas.

Além de atrapaalhar resgates e doações, cria maior insegurança do que a que já existe naturalmente. É uma triste notícia saber que este momento de união do país em torno das consequências de uma tragédia sofre interferência de ações criminosas, sobretudo de caráter político. A concentração de esforços para ajudar o Rio Grande do Sul vem sendo uma demonstração de solidariedade impressionante.

Voltemos a ter um país que se une em torno de uma causa, não importa se o voluntarismo é bolsonarista, petista ou anula o voto.

Além de atrapaalhar resgates e doações, cria maior insegurança do que a que já existe naturalmente. É uma triste notícia saber que este momento de união do país em torno das consequências de uma tragédia sofre interferência de ações criminosas, sobretudo de caráter político. A concentração de esforços para ajudar o Rio Grande do Sul vem sendo uma demonstração de solidariedade impressionante.

Voltemos a ter um país que se une em torno de uma causa, não importa se o voluntarismo é bolsonarista, petista ou anula o voto.

Além de atrapaalhar resgates e doações, cria maior insegurança do que a que já existe naturalmente. É uma triste notícia saber que este momento de união do país em torno das consequências de uma tragédia sofre interferência de ações criminosas, sobretudo de caráter político. A concentração de esforços para ajudar o Rio Grande do Sul vem sendo uma demonstração de solidariedade impressionante.

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Moreira
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Moreira e Roberto Moreira, Roberto Moreira

O GLOBO

aparelhos@opinioes.globo.com.br
DIRETOR GERAL: Roberto Zappalá Kallit
DIRETOR DE REDAÇÃO: Roberto Zappalá Kallit
DIRETOR DE REDAÇÃO: Roberto Zappalá Kallit
DIRETOR DE REDAÇÃO: Roberto Zappalá Kallit

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Princípios editoriais do Grupo Globo: <http://globo.com/principios>

ESTÁGIO
Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020

Redação: Rua da República, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 354-1000 Fax: (21) 354-1020